

PERSPECTIVAS PARA O USO DA LITERATURA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

Edmar Ferreira Santos

Universidade do Estado da Bahia, estudosafricanos.edu@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar uma experiência de ensino-pesquisa que venho desenvolvendo nos últimos anos nas aulas dos componentes curriculares História da África e Laboratório de Ensino de História na Universidade do Estado da Bahia (DCH VI, Caetitê-BA), e na execução do projeto de pesquisa Leituras de África e da Diáspora: Explorando perspectivas para o uso da Literatura na Pesquisa e no Ensino de História, associado ao Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (NHIPE). O ponto de partida é a constatação dos silêncios a respeito da história da África e dos africanos no Brasil, onde o continente africano e sua imensa diversidade de povos ocuparam por muito tempo o lugar da ausência no currículo da educação brasileira. Ou pior, quando apareciam, eram alvos de abordagens limitadas e simplistas que construíam ou reforçavam estereótipos vigentes. Como nos chama a atenção Edward Said em relação aos processos coloniais modernos, em todo lugar fora da Europa onde chegou o europeu algum tipo de resistência foi forjado. Dessa maneira, se por um lado a literatura foi fundamental para a construção das atitudes, referências e experiências imperiais, por outro lado, também se revela fundamental na construção narrativa das resistências, especialmente, no momento em que servem de forma para os povos colonizados afirmarem suas identidades e contarem histórias próprias. Nesta experiência de ensino a literatura africana é tomada como fonte de pesquisa histórica, como obra de arte, conhecimento e cultura, capaz de proporcionar interesses, prazer e proveitos, bem como, ampliar nosso entendimento das sociedades onde emergiram.

Palavras-chave: relações raciais, literatura africana, pesquisa, ensino de História.

Introdução

Este artigo apresenta uma experiência de ensino-pesquisa que vem sendo desenvolvida nas aulas de História da África na Universidade do Estado da Bahia (campus VI – Caetitê-BA) e na execução do projeto de pesquisa “Leituras de África e da Diáspora: Explorando perspectivas para o uso da Literatura na Pesquisa e no Ensino de História”, associado ao Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (NHIPE). Partimos da constatação dos silêncios a respeito da história da África e dos africanos no Brasil, onde o continente africano e sua imensa diversidade de povos ocuparam por muito tempo o lugar da ausência no currículo da educação no Brasil. Não obstante quando apareciam nos materiais didáticos ou nos temas e conteúdo das aulas eram alvos de abordagens limitadas e simplistas que construíam e/ou reforçavam estereótipos vigentes na sociedade brasileira.

Desde o início do projeto nossa preocupação tem sido a de orientar alunos de graduação (especialmente dos cursos de Licenciatura em História) e professores da Educação Básica acerca da importância de examinarem com atenção as representações que lhes chegam sobre o continente africano. Não é difícil verificar que a televisão, os jornais, as revistas, ou se preferirmos, os grandes meios de comunicação, oferecem seletivamente discursos e imagens que, de tão repetidos, quase se naturalizam no imaginário brasileiro. “Miséria”, “guerras tribais”, “ditaduras”, “corrupção” e “doenças” ainda são os termos mais presentes no repertório de alunos e professores a respeito da África. Evidencia-se assim, de maneira recorrente, a necessidade de se combater essa visão parcial e negativa.

Conhecer as histórias pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais é fundamental no sentido de desconstruir esse imaginário contraproducente sobre o continente africano. Essas representações, como sabemos, afeta sobremaneira as relações raciais no Brasil, na medida em que suscita um sentimento patológico de superioridade em indivíduos de pele branca e prejudica a construção da autoestima na população negra. Todavia, o desafio metodológico começa por uma avaliação do nosso atual contexto, no qual livros e artigos sobre a África ainda são escassos, pelo menos num idioma acessível a todos. Ou seja, ainda nos confrontamos com as dificuldades de produção e circulação de textos em língua portuguesa, nos descaminhos da procura de leituras e materiais adequados ao ensino e à aprendizagem da História da África. Contudo, qualquer análise que não reconheça os avanços brasileiros nesse campo desde o ano de 2003 seria leviana. Mesmo com esta constatação, o desafio ainda está colocado.

Como nos chama a atenção Edward Said em relação aos processos coloniais modernos, em todo lugar fora da Europa onde chegou o europeu algum tipo de resistência foi forjado. Dessa maneira, se por um lado a literatura foi fundamental para a construção das “atitudes, referências e experiências imperiais”, por outro lado, também se revela fundamental na construção narrativa das resistências, especialmente, no momento em que servem de forma para os povos colonizados afirmarem suas identidades e contarem histórias próprias. Pelo menos nas últimas três décadas as narrativas de ficção têm conquistado a atenção de diversos estudiosos no intuito de perceber o lugar que ela ocupa na história dos povos. Aqui, a literatura africana é tomada como obra de arte, conhecimento e cultura, capaz de proporcionar interesses, prazer e proveitos, bem como, ampliar nosso entendimento das obras e das sociedades onde emergiram (SAID, 2011, p.16).

O romance moderno ocidental construiu uma certa tradição paternalista ao narrar os povos não-ocidentais. Nessa tradição, apesar de explicitarem uma visão irônica, demonstrando as incoerências e contradições do imperialismo europeu em sua “missão civilizatória”, os autores não enxergavam e, portanto, não concebiam histórias, culturas, identidades e aspirações dos povos não-ocidentais. Africanos e indígenas americanos, por exemplo, eram representados como crianças tolas, fáceis de manipular, sem autonomia e sem possibilidade de construí-la, obedientes diante da força e da violência, em última instância, a linguagem que mais entenderiam. Em

outras palavras, é como dizer que apesar de criar a matança e a interminável instabilidade das sociedades colonizadas, “a fonte da ação e da vida significativa do mundo se encontra no Ocidente, cujos representantes parecem estar à vontade para impor suas fantasias e filantropias num Terceiro Mundo retardado mental”. (SAID, 2011, p.21)

Neste sentido, o objetivo deste texto é compartilhar uma experiência de reflexão teórica e metodológica acerca da utilização da literatura africana no ensino de História, seus limites e possibilidades, tendo como pressuposto que os autores selecionados, fundadores e continuadores das literaturas contemporâneas em seus países, são capazes de oferecer visões endógenas e complexas das realidades sócio-históricas (instituições políticas e jurídicas, composições sociais, vida cotidiana, relações de gênero, trabalho, cultura, grupos étnicos) que representam em suas obras. A composição dos ambientes, a construção das personagens, suas falas e atitudes, são capazes de liberar uma diversidade de concepções de indivíduos e experiências históricas possíveis, fazendo-nos afastar de explicações unidimensionais (KRAMER, 1992). Essas visões, certamente, são apropriadas para apresentar contrapontos às ideias hostis à história e às experiências das sociedades africanas.

O movimento de aproximação da historiografia contemporânea com a Literatura não é novidade. Já no início da década de 1960 o deslocamento que daria supremacia no campo historiográfico à assim chamada “história social” parecia estar consolidado, em detrimento da história política, sugerindo o abandono das formas mais tradicionais de narrativa histórica em favor de uma história dos subalternizados, “vista de baixo”, ancorada numa multiplicidade de fontes. Esse deslocamento implicava desafios à oficina da História e a consequente aproximação dos historiadores com outras disciplinas em busca de *insights* teóricos e metodológicos se tornou ainda mais recorrente. O interesse pela cultura, suas formas de produção, distribuição e recepção, bem como as lutas, tensões, negociações, interesses e expectativas que sitiam o campo cultural não demorariam a chamar a atenção do historiador.

Foi mais fortemente nos anos da década de 1980 que os historiadores experimentaram a assim chamada “nova história cultural”. Na formulação de Chartier, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p.16-17). Assim, a renovação preconizada em parte pelo marxismo em parte pela escola francesa dos *Annales* desembocou em perspectivas onde as representações coletivas traduzidas na literatura puderam ser percebidas como chaves para reconstruir os processos históricos e tramas sociais (PESAVENTO, 1995).

O que se pretende nessa reflexão é tomar representações sociais sobre a África colhidas em fontes literárias como testemunho histórico. Submetê-las a análise sistemática, investigando suas conexões com o espaço-tempo em que foram produzidas e/ou com o espaço-tempo a que se referem. No que tange especificamente à literatura, a tentativa é a de situarmos autores, obras e a polifonia de suas personagens em processos históricos determinados a partir de métodos

já consagrados no campo da história social (SEVCENKO, 1983; DARNTON, 1986; CHALHOUB e PEREIRA, 1998; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001), sem desprezar, evidentemente, a possibilidade de inovações teórico-metodológicas no âmbito da pesquisa e também das estratégias de ensino de História.

Metodologia

O primeiro passo desta experiência foi dado com a realização do I Seminário Interdisciplinar Leituras de África nos Sertões, no final do mês de novembro de 2012. Naqueles dias de comunicações, mesas-redondas, apresentação de painéis, intercâmbios com a escola básica, comunidades quilombolas e terreiros, bem como nas atividades culturais, percebemos de forma ainda mais evidente a demanda urgente de pesquisa, ensino e extensão nas mais diversas áreas e temáticas dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros na região do Sertão Produtivo. No sentido de oferecer uma resposta às provocações amplamente discutidas e avaliadas, decidimos criar um grupo de estudos. Desde então, temos nos ocupado em produzir uma lista bibliográfica de romances de escritores africanos publicados em língua portuguesa. Pretende-se em breve construir uma lista de livros de romancistas africanos disponíveis no mercado editorial lusófono visando futura aquisição e formação de acervo.

A literatura tem sido o foco de nossas ações de pesquisa em sala de aula, tendo destaque em nossas atividades. A partir das disciplinas História da África I, História da África II, História da África III e Laboratório de Ensino de História (História e Literatura) temos conquistado diálogos férteis entre os campos historiográfico e literário. Resultados desses trabalhos já foram apresentados em forma de pôster no I Seminário Interdisciplinar Leituras de África nos Sertões: interfaces do ensino e da pesquisa (UNEB, campus VI, 2012), no II Seminário Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa e I Seminário Acadêmico Interdisciplinar (UNEB, campus VI, 2013); bem como na II e III edições do Seminário Leituras de África (UNEB, campus VI, 2013 e 2014).

A cada semestre no âmbito das disciplinas História da África I e História da África II (componentes curriculares com cargas horárias de 60 horas) elegemos um texto escrito por um autor africano (privilegiamos o romance) como ponto de partida para o estudo de uma sociedade africana específica. Dividimos a sala em grupos com o máximo de três estudantes e iniciamos a leitura do texto. Cada grupo assume a tarefa de pesquisar um aspecto particular da sociedade representada no texto literário. Esses aspectos podem variar de acordo com os interesses dos grupos, mas, nos últimos anos, têm se concentrado nos seguintes temas: religiosidade; festas e eventos sociais; cotidiano, estética e cultura material; saberes e educação; relações de gênero; diversidade étnica; direito e justiça; política e vida familiar.

Uma vez escolhido o tema do grupo os estudantes passam a tomar o texto do romance como fonte histórica para as respectivas pesquisas. Cada elemento, cada detalhe, cada indício vinculado a determinado tema é encorajado a ser destacado, retirado, cortado do

texto geral e organizados em fichas de pesquisa contendo o trecho (indício) e a respectiva página do livro onde podemos encontra-lo, configurando a primeira etapa da pesquisa que denominamos de “coleta de dados”. Nesse primeiro momento, os alunos também são remetidos a uma bibliografia básica que procura instiga-los e situa-los nas discussões sobre as relações entre a historiografia e literatura.

Na segunda etapa os estudantes são desafiados a interpretar esses dados analisando-os no texto-contexto da sociedade estudada. Além de uma bibliografia geral sobre as relações História-Literatura, para cada grupo é sugerido uma pesquisa bibliográfica específica que permita a maior aproximação dos estudantes com o tema particular do seu grupo. Assim, os alunos são levados a reconhecer a alteridade da sociedade africana permeando toda a atividade de pesquisa: frente aos dados coletados e a tarefa de interpreta-los e de construir uma narrativa que expresse o aspecto particular de que o grupo se ocupa. Essa segunda fase chamamos de “análise e interpretação dos dados”.

A terceira e última fase da pesquisa em sala de aula remete especificamente a construção da narrativa e a forma de apresentação dos temas específicos de cada grupo, formando assim um painel da sociedade africana pesquisada. Para exemplificarmos, tomemos a pesquisa realizada no romance “O mundo se despedaça” do escritor nigeriano Chinua Achebe. Nesse belíssimo texto o autor compõe uma narrativa quase etnográfica da sociedade ibo e da entrada do colonialismo inglês nessa sociedade. A partir da pesquisa realizada pelos estudantes conseguimos nos aproximar da sociedade ibo e compreender mais sobre práticas e valores desse povo antes e depois do contato com os colonizadores. Assim, através de pôsteres ou outros materiais didáticos, cada grupo apresenta sua pesquisa específica e nos faz conhecer mais sobre diferentes aspectos da história e cultura da sociedade estudada.

A pesquisa colabora na desconstrução dos estereótipos sobre a África e seus povos. A crítica às terminologias coloniais torna-se imperativa no encontro com o texto literário. Expressões como “tribo”, “selvagens”, “bárbaros”, sem leis, poder político ou religião são logo submetidas aos complexos mundos da experiência africana oferecidos pelos romances. Ao contrário de apenas informar de maneira geral – sobre as formações sociais e políticas, sobre o cotidiano, a estética ou a cultura, sobre a diversidade de práticas e valores religiosos, sobre as maneiras de execução da justiça, sobre as relações de gênero, sobre as diferenças étnicas e nacionais – os alunos pesquisam através da literatura esses diferentes aspectos e constroem quadros complexos de diversas sociedades africanas.

Resultados e Discussão

Os pôsteres realizados pelos alunos são tomados como resultados parciais e apresentados em sala de aula. Acompanhando a metodologia descrita os estudantes podem investigar temas singulares, sociedades específicas, a partir de textos literários produzidos por autores-sujeitos das experiências que narram e constroem.

“Por acaso os homens falam quando os deuses se pronunciam?”: Direito e Justiça na sociedade Ibo

ALINE DA ROCHA COUTINHO (alinec11@outlook.com); ANDREA PEREIRA DOS SANTOS (andrepereira_33@hotmail.com); TANARA BORGES CARVALHO (tanaraborges@ig.com); ORIENTADOR: PROF. MSc. EDMAR FERREIRA SANTOS (estudosafrikanos.edmar@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O romance *O Mundo se Despedaça* do romancista Chinua Achebe, nos traz aberturas e respeito do cotidiano da sociedade Ibo (século XIX), na Nigéria, momento este que antecede a chegada dos ingleses até o período da vinda do “homem branco” europeu. Ao longo da leitura podemos notar o modo de vida das suas comunidades Ibo que se localizam no sudoeste da Nigéria, sociedade esta que não tinha governo centralizado, não havia a presença de reis, no entanto, o poder via seu modo fundamentado nos costumes, tradições e crenças, valores e espíritos ancestrais.

A economia baseava-se no cultivo e produção de inhames e inhames, o trabalho era dividido entre o sexo masculino e feminino. Apesar de não ser um sistema escravizado, as normas estabelecidas eram rigidamente seguidas pelos membros da cil, e quem não o cumprisse era punido dentro dos padrões estabelecidos, como ocorreu com Okonkwo, personagem principal do romance. Neste trabalho, buscamos e parte de propósito focar na discussão História da África II, procurando explicar o direito e justiça nesta sociedade, fazendo um apanhado temporal que antecede a chegada dos colonizadores europeus.



A região onde se desenvolveu o romance O mundo se despedaça.

METODOLOGIA

O processo de trabalho se deu com leituras minuciosas do romance, *O Mundo se Despedaça*, leitura essa sempre reflexiva a cerca do tema proposto, identificando e fazendo os momentos trazidos pelo autor que pudessem contribuir para uma discussão sobre o direito e justiça na sociedade Ibo – especificamente na comunidade de Umuofia.

Além do romance africano e artigo *Valores Culturais em Sociedades Negro-Africanas* (1965/1966), de Fábio Leão, que analisou nossa compreensão sobre a construção de poder. Entendendo que tal construção permeia todos os membros da sociedade Ibo, entrelaçado com a religiosidade, a força para guerra e a dedicação ao trabalho.

A coleta de dados realizou-se com o método investigativo, pois, como nos traz Carlo Ginzburg (1989) em *Queijo e Alho* de um Paradigma Indutivo, o exercício do investigador é investigativo. Diante disso, colocamos o método indutivo como nossa ferramenta para que através dos vestígios e pistas, no decorrer do romance pudéssemos construir um debate sobre Direito e Justiça na sociedade Ibo.

1. O trabalho foi realizado em parceria com o curso de História da UFBA, em Salvador, Bahia, Brasil, em 2019.

O MUNDO SE DESPEDAÇA

Primeira edição da obra de Chinua Achebe, 1958.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro capítulo do romance *O mundo se despedaça* podemos perceber como se estruturava a sociedade Ibo, sendo como ponto de partida a comunidade Umuofia. Diante desse contexto podemos algumas questões que permeiam a construção do direito e da justiça, como o poder proveniente de vitórias em batalhas, as relações de gênero e a religiosidade, que está estritamente ligada à ancestralidade e a ação dos deuses.

Diante dessas percepções, o romance nos traz que:

“Então, entre esse povo, um homem era julgado por seu próprio valor e não pelo valor do pai. Okonkwo era um indivíduo extremamente talentoso para grandes coisas. Ainda jovem, adquiriu a fama de ser o melhor lutador das nove aldeias. Aplicador atestado, possuía dois cavalos. Quando de repente se acedia de desposar a terceira mulher.” (ACHEBE, 1958, p. 28)

As discussões a respeito do que seria justo na tomada de decisões eram colocadas para toda comunidade, entretanto quando havia força de guerra e do trabalho, havia uma o poder de voz. Além disso, as decisões na maioria das vezes eram tomadas após acordo com os orixás. Logo concluímos que na sociedade Ibo a justiça e o direito se associam a práticas tradicionais e culturais, envolvendo questões religiosas, bem como guerra e poder.

CONCLUSÕES

A leitura do romance *O Mundo se Despedaça*, possibilita-nos com base nas observações e discussões compreender a diversidade cultural da sociedade Ibo. Ao identificarmos direito e justiça na obra, sabemos a importância desta para a formação da comunidade e a valorização dos costumes, a herança social notada pelos saberes. O recorte feito se faz pertinente para que consigamos olhar as sociedades africanas e sua singularidade antes da chegada do “homem branco”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEBE, Chinua – *O mundo se despedaça*: romance/ Chinua Achebe; tradução Vera Querino da Costa e Silva; introdução e glossário Alberto da Costa e Silva – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
LEÃO, Fábio. *Valores culturais em sociedades negro-africanas*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, São Paulo, 16: 107-111, 1963/1964.
RODRIGUES, Carl. *Sociologia de um paradigma indutivo*. In: _____, *Mito, Cultura e Social: Metodologia e História*. Tradução Frederico Corradi São Paulo: Casa das Letras, 1989, p. 143-179.

AGRADECIMENTOS

As Professores orientador Edmar Ferreira por ter nos apresentado a proposta de avaliação que nos possibilitou ampliar os nossos estudos em caminhos desconhecidos. Agradecemos ainda o apoio e a participação dos colegas do curso de História da UFBA e o apoio da UFBA e o apoio da UFBA.

No que se refere ao trabalho pedagógico com textos literários nas aulas de História, sabe-se que tais recursos podem nos “oferecer pistas, referências sobre o modo de ser, viver e agir das pessoas, os valores, costumes, histórias de uma determinada época, de determinados grupos” (FONSECA, 2009, p.181). A literatura nos auxilia na compreensão da realidade, sobretudo no que diz respeito às transformações mais silenciosas, menos dadas a ver, sub-reptícias. Além, ajuda-nos nas minúcias da composição dos espaços, épocas, estéticas, enfim, oferece-nos detalhes sobre a cultura.

Interessa-nos, contudo, a exploração de metodologias capazes de despertar a pesquisa e a possibilidade de construção de conhecimento em sala de aula a partir do texto literário. Todavia, entendemos o necessário confronto e diálogo com outras fontes, permitindo assim a crítica metodológica, bem como, a leitura crítica dos estudantes.

Conclusão: Relações raciais, currículo e estudos africanos no Brasil

Os estudos africanos no Brasil tiveram início com as interpretações de Nina Rodrigues sobre o negro baiano e seus antecedentes étnicos, psicológicos, morais e culturais. Aos estudos inaugurados por Rodrigues (RODRIGUES, 1891) seguiram-se diversos autores, tais como, Manuel Querino (QUERINO, 1916), Oliveira Viana (OLIVEIRA VIANA, 1932), Gilberto Freyre (FREYRE, 1933) e Afrânio Peixoto (PEIXOTO, 1942), entre outros, todos preocupados em caracterizar as raças e os mestiços na sociedade brasileira, em outras palavras, preocupados com o papel das diferentes raças na formação da nação.

Já foram realizados balanços no campo das ciências sociais sobre os estudos africanos no Brasil: Arthur Ramos (RAMOS, 1947), Guerreiro Ramos (RAMOS, 1954),

Édison Carneiro (CARNEIRO, 1950, 1964), Florestan Fernandes (FERNANDES, 1964), Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1976), Abdias Nascimento (NASCIMENTO, 1978), Clovis Moura (MOURA, 1983) e outros permitem situar aspectos fundamentais nessa temática, além de permitir a localização de impasses e embates ideológicos e a constatação de ambiguidades. No entanto, os trabalhos desses autores se caracterizam pelo empenho em compreender a relevância do negro na estrutura da população, nas diversas formas de organização do trabalho, na produção cultural, na expressão religiosa, nos movimentos sociais, enfim, na formação do povo brasileiro.

Na historiografia brasileira, sobretudo a partir dos últimos anos da década de 1970, ouviu-se melhor as palavras de Du Bois ao concluir *The Black Reconstruction* (DU BOIS, 1934), onde insistia que a história da escravidão fazia parte da história do movimento operário norte-americano. Assim, historiadores brasileiros lançaram novos olhares para a história da escravidão no Brasil vinculando-a a história social do trabalho, bem como, as lutas pela liberdade vistas como parte integrante dos movimentos sociais do país. Progressivamente esses estudos tomaram a direção do continente africano, interessados cada vez mais nos povos africanos que formaram a nação brasileira (SLENES e MELLO, 1978; DIAS, 1984; CUNHA, 1984; REIS, 1986; KARASCH, 1987; AZEVEDO, 1987; LARA, 1988; REIS e SILVA, 1989; CHALHOUB, 1990; SLENES, 1991-92).

As teorias do currículo também sofreram mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX, sobretudo no sentido da crítica aos olhares "inocentes" que pressupunham neutralidade nas organizações curriculares. As teorias críticas e pós-críticas do currículo aponta-o como lugar de poder, onde se travam indelévels relações de classe, gênero, étnico-raciais, etc., além disso, como discurso que forja nossa identidade.

Ao longo do século XX, diversas organizações negras de caráter cultural, religioso, político e de imprensa, bem como, os novos movimentos sociais negros a partir da década de 1970, reivindicaram o conhecimento da África, dos africanos e da diáspora, e as denúncias que tiveram discreta visibilidade no centenário da abolição da escravidão no Brasil já enfatizavam a necessidade do conhecimento da história dos negros como uma das formas de se promover a igualdade racial no Brasil. Essas laboriosas e demoradas lutas e articulações políticas nacionais e internacionais de diversas organizações do movimento negro levaram ao reconhecimento pelo Estado brasileiro do racismo como operador de desigualdades sociais e da necessidade de políticas públicas que viessem colaborar na superação desse problema.

Em 2003, uma histórica reivindicação dos movimentos sociais negros foi atendida pelo Estado brasileiro com o Decreto Lei n.º 10.639, que alterou a Lei nº 9.394/96 (LDB), para incluir no currículo oficial de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", introduzindo obrigatoriamente, nas escolas públicas e particulares, o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade

nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da História do Brasil.

À publicação da lei seguiram-se esforços das organizações sociais negras, de núcleos e centros de estudos afro-brasileiros sediados em instituições de ensino superior, bem como, das administrações superiores de algumas Universidades e Secretarias de Educação estaduais e municipais, para a formação de professores e a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico que pudessem atender as novas exigências curriculares nacionais. No entanto, diversos entraves ainda dificultam o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país.

Nesse sentido, impõe-se às instituições públicas e privadas voltadas para a educação, medidas que respondam por meio de ações concretas a urgência das reivindicações sociais que a Lei 10.639/03 acolhe e determina. Este texto almeja contribuir, em diferentes níveis, com o desenvolvimento da pesquisa, com a formação de professores e com a produção de materiais didáticos, visando combater esses obstáculos já identificados à implantação da Lei.

Referências

- ABREU, M. & SOIHET, R. (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALENCASTRO, L. F. O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- APPIAH, K. A. Na Casa de meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BERND, Z. Literatura e identidade nacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- BRASIL. Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.
- BURKE, P. A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CARNEIRO, E. (org.). Antologia do negro brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1950.
- _____. Ladinos e Crioulos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. A. M. A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.
- CORREA, S. M. S. A antropofagia na África equatorial: etno-história e a realidade dos discursos sobre o real. *Revista Afro-Ásia* 37, 2008, p.09-41.
- DARNTON, R. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIAS, M. O. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DU BOIS, W.E.B. *The black reconstruction in America* (1934). Nova York: Atheneum, 1969.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: M.E.C., 1964.
- FONSECA, Selva Guimarães. “A incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de História”. In: *Fazer e ensinar História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009, 172-212.
- FREYRE, G. [Casa Grande e Senzala](#) (1933). 40.^a edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, A. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1954.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10.^a edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HENRIQUES, I. C. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- HEYWOOD, L. M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HOBBSAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. 5.^a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- KRAMER, L. S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In: HUNT, Linn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.131-173.
- LARA, S. H. *Blowin in the Wind: Thompson e a experiência negra no Brasil*. In: *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*, n.º 12. São Paulo, 1995.
- MAZRUI, Ali A. *O desenvolvimento da literatura moderna*. In: *História Geral da África, vol. VIII*. Brasília: UNESCO, 2010, p.663-696.
- MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- MOORE, C. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- MOURA, C. Brasil: As raízes do protesto negro. São Paulo: Global Editora, 1983.
- MUDIMBE, V. Y. A invenção da África. Concinnitas. Ano 11, vol. 1, nº16 (2010): 73-81.
- MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2.^a edição revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- NASCIMENTO, A. O Genocídio do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. Raça e assimilação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- PEIXOTO, A. Obras completas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: Revista Brasileira de História. Vol.15, n.º 29. São Paulo, 1995, p.9-27.
- POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.
- QUERINO, M. A raça africana e os seus costumes na Bahia. In: Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Salvador, 1916.
- RAMOS, A. Introdução à antropologia brasileira, 2 volumes. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1943/1947.
- REGINALDO, L. Vagas informações, fortes impressões: A África nos livros didáticos de história. Humanas, Feira de Santana, n.º 2, 2002, p.99-121.
- RODRIGUES, J. H. A imagem da África. In: Brasil e África: outro horizonte. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RODRIGUES, R. N. O animismo fetichista dos negros baianos (1900). Salvador: P555, 2005.
- ROQUETTE PINTO, E. Ensaios de antropologia brasileira (1933). 2.^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SAID, E. W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo. Cia. das Letras, 2007.
- _____. Cultura e imperialismo. Companhia de Bolso. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- SARAIVA, J. F. S. África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1983].

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SLENES, R. W. e MELLO, P. C. de. “Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888”. In. IX Congresso Mundial de Sociologia. Uppsala, agosto / 1978 (mimeo).

SKIDMORE, T. K. Preto no Branco. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOUMONNI, E. Daomé e o mundo atlântico. Rio de Janeiro: SEPHIS / Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

SPITZER, L. Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

WALSH, C. Estudios culturales latino americanos: retos desde y sobre la región andina. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, 2003.

ZAMPARONI, V. Os estudos africanos no Brasil: veredas. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 4, n.º 5, jan/jun. 1995, p.105-124.